

EUROPA



António Costa

Editorial

A importância do "sim" ao novo Tratado Constitucional

A semana passada ficou assinalada pela clara vitória do SIM ao Tratado Constitucional no referendo interno do Partido Socialista Francês. Tratou-se de um debate vital para a esquerda e para a Europa. A eventual vitória do "não" no PSF, não só quebraria a unidade dos socialistas europeus no apoio ao Tratado, como comprometia a sua ratificação pela França.

Com o novo Tratado teremos uma União mais forte, mais eficaz, mais democrática e mais próxima dos cidadãos, o que é bom para a Europa. Mas o novo Tratado também é bom para a esquerda europeia.

Desde logo, com a *constitucionalização* da Carta dos Direitos Fundamentais, que consagra importantes direitos sociais. Por outro lado, inscrevem-se, pela primeira vez, entre os objectivos da União o combate à exclusão social, a promoção da justiça e da protecção sociais, a solidariedade entre gerações. Onde se lia "economia de mercado aberta", passa a ler-se "economia social de mercado". Onde se visava "nível elevado de emprego" visa-se "pleno emprego".

Não são meras palavras. São os novos objectivos da União, consagrados no art. I-3 do Tratado, e que devem enquadrar todas as suas acções e políticas. Assim, por exemplo, o art. III-185 sobre política monetária, expressamente consagra que, sem prejuízo do objectivo da estabilidade dos preços, "o sistema europeu de bancos centrais apoia as políticas económicas gerais da União, para contribuir para realização dos seus objectivos, tal como definidos no seu art. I-3".

Especial destaque justificam as cláusulas de aplicação horizontal que enquadram as acções e políticas da União previstas na Parte III do Tratado. Com estas cláusulas (arts. III-115 a III-122) as diferentes políticas da União devem respeitar a promoção da igualdade entre os homens e as mulheres, a protecção do ambiente e dos consumidores, os direitos sociais, nomeadamente o emprego, bem como assegurar as condições necessárias para os serviços públicos desempenharem as suas missões.

Estes exemplos ilustram como o novo Tratado reforça o modelo social europeu, não consagrando qualquer recuo quanto ao adquirido, e consagrando novos e importantes avanços. Um não ao Tratado não altera as expressões do pensamento liberal, que já constam dos Tratados em vigor, mas impede a vigência das disposições que as limitam, condicionam ou equilibram.

É por isso uma boa notícia para a esquerda e para a Europa o claro SIM dos socialistas franceses ao novo Tratado.

CAPOULAS SANTOS ACUSA

Governo compromete verbas para o mundo rural

O Governo está a comprometer os objectivos negociais para o próximo Quadro Comunitário de Apoio, que vai vigorar entre 2007 e 2013, ao desperdiçar cerca de 300 milhões de euros destinados ao desenvolvimento rural, acusa o deputado europeu Capoulas Santos, membro da Comissão de Agricultura do Parlamento Europeu.

O deputado diz estar indignado com o "desprezo" que o Governo tem demonstrado ao deitar por terra todo o esforço dos Governos do Partido Socialista que, nas negociações da Agenda 2000 conseguiu que o nosso país obtivesse um aumento nas verbas para o desenvolvimento rural da ordem de 114 por cento, que se traduziu num equivalente a cerca de 56 milhões de contos por ano.

O programa, que foi lançado precisamente na altura em que Capoulas Santos era ministro da Agricultura, tinha um conjunto de acções de grande importância para uma mudança de atitude em relação ao mundo rural, como o rejuvenescimento da população agrícola, pagamento de reformas antecipadas a agricultores idosos, apoios para a agricultura biológica ou para a promoção e defesa da floresta, entre muitas outras medidas que beneficiaram uma larga faixa de pequenos agricultores.

A não utilização anual daquelas verbas para o desenvolvimento rural implica a sua perda, razão que está na origem do referido desperdício dos 300 milhões de euros, colocando agora sérios problemas ao Governo, por um lado e, por outro, aos beneficiários das medidas constantes dos programas. "Que argumentos poderá ter o Governo em Bruxelas para negociar as verbas para o desenvolvimento rural se as que tinha disponíveis não as gastou?", interroga-se.

Para Capoulas Santos, este desperdício "coloca fora de hipótese qualquer aumento das verbas para o desenvolvimento rural, com a agravante do programa ter como destinatários os sectores mais frágeis e necessitados, como os pequenos agricultores e alguns dos aspectos mais inovadores, como a agricultura biológica, a



produção e a protecção integrada para ajudar os produtores portugueses a utilizarem menos químicos e pesticidas.

O deputado acusa o Governo do PSD/PP de não ter querido gastar os 25 por cento da parte que competia ao Estado para o co-financiamento dos projectos (contra os 75 por cento de participação comunitária), levando assim a que se avulmasse o dinheiro por utilizar.

"As consequências desta mesquinhez é que se interrompe o apoio a alguns agricultores ou haverá menos a serem beneficiados", afirma, acrescentando que são aqueles que já recebem pouco que sairão mais prejudicados. Neste contexto, o deputado diz "que não pode deixar de estranhar o silêncio das organizações de agricultores".

"Depois de um êxito retumbante na negociação da Agenda 2000 em que conseguimos ver reconhecida a especificidade da agricultura portuguesa e tivemos um envelope financeiro sem precedentes, vemos agora o Governo deitar todos estes esforços por terra, com um prejuízo tão grande para tantos agricultores. É ridículo", conclui com indignação.

Comissão do Desenvolvimento Regional vai reunir-se no Algarve

O Algarve vai acolher, no início do próximo ano, uma reunião da Comissão do Desenvolvimento Regional do Parlamento Europeu. A decisão foi tomada no seguimento de uma proposta apresentada pela deputada Jámila Madeira, membro daquela comissão. Segundo a deputada, a realização da reunião no Algarve vai permitir incentivar a descentralização dos trabalhos da comissão e "dar aos seus membros a possibilidade de conhecerem a actual realidade da região algarvia, as suas dificuldades e potencialidades".

Jámila Madeira referiu também o facto do Algarve ser uma das regiões afectadas pelo chamado "efeito estatístico" derivado do

alargamento da União Europeia, fazendo com que deixe de estar no Objectivo 1, passando assim a ser menos beneficiada pelos fundos estruturais.

Por outro lado, a deputada utilizou também os argumentos da região ter sido bastante prejudicada pelos incêndios do passado Verão e debater-se com problemas de escassez de água, como exemplos de alguns dos desafios de desenvolvimento que ainda tem de ultrapassar.

A deputada considera que o Algarve, por outro lado, dispõe de enormes potencialidades que devem ser exploradas em áreas como o turismo, agricultura e os serviços.

A Europa vista de Portugal

O "sim" na encruzilhada decisiva

Estamos num momento crucial da vida europeia – numa encruzilhada decisiva. Somos chamados a pronunciar-nos sobre o futuro da União Europeia, enquanto comunidade de Estados e povos livres e soberanos. Infelizmente, o debate sobre o futuro da Europa está normalmente afectado por questões laterais ou de mera conjuntura, em lugar de se centrar nas questões de sobrevivência para o nosso continente e para o mundo. Impõe-se que construamos uma União que tenha três grandes finalidades: a paz e a segurança, o desenvolvimento sustentável, a coesão social e a diversidade cultural. Eis o que importa ter presente quando olhamos o nosso futuro.



Guilherme d'Oliveira Martins

Haverá em Portugal um referendo. O que está em causa? Não se trata de dizer se somos a favor da integração europeia. Essa opção foi oportuna e legitimamente adoptada, com resultados positivos para o desenvolvimento do País e para a convergência da nossa economia com os nossos parceiros da União. Não se trata de aceitar ou recusar aquilo que no Tratado Constitucional não é novo e é mera reprodução do que já existe – o que se passa com a longa parte terceira, relativa às políticas da União, que se mantém por existir uma continuidade em relação ao caminho gradual que vem desde a fundação das Comunidades. Também não se trata de discutir o primado do Direito Comunitário sobre o Direito dos Estados, uma vez que esse princípio (agora limitado e clarificado) faz parte, desde os anos sessenta, do código genético da União.

Trata-se, sim, de nos pronunciarmos sobre o que é novidade no novo Tratado – a começar na integração da Carta Europeia dos Direitos Fundamentais, dotada de força obrigatória. E este é um dos factos que dá natureza constitucional ao novo Tratado. Por outro lado, há um quadro orgânico e institucional novo que pretende responder ao facto de a União ter passado a ser integrada por vinte e cinco Estados-membros. As competências dos Estados-membros ficam clarificadas, como as que não cabem na esfera das competências próprias da União nem dos poderes partilhados entre a União e os Estados. Estamos perante uma União de Estados livres e soberanos, baseada na legitimidade dos Estados e dos cidadãos. Passará a haver um Presidente do Conselho Europeu designado por um período de dois anos e meio, renovável uma vez, bem como um Ministro dos Negócios Estrangeiros, cuja acção tornar-se-á mais eficaz a presença da União na cena internacional. O Parlamento Europeu, eleito pelos cidadãos europeus, verá as suas competências políticas e legislativas reforçadas. A Comissão Europeia, como executivo da União, verá reafirmados os seus poderes de iniciativa legislativa, enquanto órgão de defesa dos interesses comuns europeus.

Os cidadãos verão, assim, reforçada sua influência – enquanto o risco da existência de um Directorio de países grandes poderá ficar reduzido, se houver uma vontade comum de contrariar os egoísmos nacionais e de dar prioridade à defesa dos valores e interesses comuns. É nesta ordem de ideias que se abre a porta às decisões por maioria qualificada, no âmbito das competências da União, tornando-as a regra, ao contrário do que acontecia até agora, o que aumenta a margem de manobra para a defesa dos interesses comuns – e dos direitos legítimos dos pequenos e médios Estados-membros. O novo Tratado é um avanço. Recusá-lo ou entrar na discussão sobre quais seriam as perguntas ideais para um referendo será fazer o jogo objectivo de quem perante uma qualquer pergunta responderia sempre não. E para os que dizem que melhor seria perguntar sobre todo o Tratado para uma Constituição Europeia a resposta é simples – o que está realmente em causa é o conjunto, como instrumento indispensável para que a União avance. Para tanto, deveremos considerar o que é novo. O que importa é avançar. Um não neste momento fará a Europa retroceder aos egoísmos nacionais e a um impasse insuperável. Na Convenção para o futuro da Europa bem vimos o que é possível e não é possível. Por isso este Tratado Constitucional constitui um grande avanço. Para todos os que acreditam no projecto europeu e na importância deste passo, o voto não pode deixar de ser sim. Sim, para que tenhamos mais e melhor Europa...

FRANCISCO ASSIS

Portugal tem de estar atento à liberalização do comércio têxtil

Com a liberalização total do comércio de produtos têxteis a partir de 1 de Janeiro de 2005, as autoridades portuguesas terão de estar muito atentas para salvaguardar os nossos interesses vitais, já que o sector tem ainda uma grande importância para o nosso país, afirma o deputado europeu Francisco Assis, membro da Comissão do Comércio Internacional do Parlamento Europeu. Não obstante a liberalização total do comércio têxtil está a ser preparada já há décadas, com o desmantelamento progressivo das pautas aduaneiras, o impacto será considerável, não só em Portugal, onde o sector tem um grande peso, sobretudo na região norte, mas também noutros países produtores da União Europeia. E as ameaças e as dificuldades assumem vários matizes. Por um lado, a China prepara-se para conquistar os mercados europeus, sendo previsível que, dentro de alguns anos, venha a ter cerca de metade da produção mundial. Acresce que, quando começaram as negociações no âmbito do GATT, a China ainda não fazia parte desta organização, tendo só aderido posteriormente à já então designada Organização Mundial do Comércio. Mas também outros países farão uma concorrência enorme, sobretudo a Índia. É por isso que, para Francisco Assis, a entrada de produtos têxteis oriundos desses países asiáticos "terá de ser muito monitorizada".

Para o deputado, isto não significa ser contra o desenvolvimento do comércio mundial, sobretudo tendo em conta a importância de dar oportunidade aos países mais pobres que precisam dos mercados europeus para a sua sobrevivência, mas sim alertar para a necessidade de ajudar também os sectores tradicionais dos quais dependem regiões inteiras e milhares de famílias. Na sua opinião, outro motivo de preocupação prende-se com o facto dos Estados Unidos estarem a adoptar medidas proteccionistas para dificultar a entrada no seu país dos têxteis asiáticos, fazendo com que eles se viam ainda

mais para a Europa.

Para combater as dificuldades que se avizinhm, o deputado considera fundamental a aposta na qualificação da produção e em todos os mecanismos que permitam uma melhoria da capacidade competitiva da indústria têxtil portuguesa, entre outras coisas através de um investimento sólido na marca Portugal e no design inovador e de qualidade, num trabalho conjunto entre as PME e o Estado.

Entretanto, para enfrentar melhor a liberalização do comércio, a Comissão Europeia anunciou recentemente um conjunto de acções suportadas por fundos comunitários para estimular a competitividade do têxtil europeu, dirigidas sobretudo para a investigação e inovação, formação profissional, apoio a iniciativas que permitam amortecer o impacto da concorrência em algumas regiões muito dependentes do sector, reforço da luta contra a contrafeição e intensificação do diálogo com a China para vigiar as importações daquele país.

"Estas medidas são importantes, mas a indústria precisa de algo mais para subsistir que não apenas medidas proteccionistas. O sector tem realmente de se modernizar e de apostar na qualidade e na inovação", afirma Francisco Assis.

Audições no Vale do Ave e em Guimarães

A Delegação Socialista Portuguesa no Parlamento Europeu, com a intervenção e moderação dos deputados Francisco Assis e Elisa Ferreira, promove uma audição pública no dia 17 de Dezembro no Vale do Ave para debater os problemas que o sector têxtil enfrenta com a liberalização do comércio mundial. Posteriormente, ainda em data a marcar, será realizada outra audição pública sobre o mesmo tema, em Guimarães.

Opinião

A queda do mito

É inevitável falar do «caso» que colocou, de novo, os deputados portugueses no centro das atenções dos colegas europeus. O interesse é legítimo. Em tempo de globalização tudo tem a ver com tudo. Sejam as eleições na Ucrânia ou em Moçambique, seja a aprovação de uma "lei global contra a violência de género" em Espanha, seja a vitória do referendo ao Tratado Constitucional em França, seja a realização de eleições antecipadas em Portugal, tudo diz respeito a todos e a todos influencia e condiciona.

A distância pode desfocar a imagem, mas não afecta a percepção do essencial. As leis da emoção não se aplicam, aqui, sempre do mesmo modo. Como Eça previa, é natural que, neste momento, os portugueses gastem mais tempo a comentar o que se passa lá na terra - a metáfora da incubadora e da estalada, a insólita saída do Ministro do Desporto (e com que estrondo!), as oportunas sentenças dos patriarcas Soares e Cavaco, as críticas dos empresários, o recurso à "bomba atómica" constitucional, etc. - do que a discutir as magnas questões para a Europa e o Mundo.

Finalmente, o que parecia óbvio, há semanas, aconteceu. O Presidente da República decidiu dissolver o Parlamento e convocar eleições antecipadas. Estava escrito nas estrelas que este governo iria ter curta vida, só não se sabia até que ponto Belém resistiria a interpretar os sinais de degradação económica e de instabilidade política. Em nome da estabilidade, Santana Lopes chegou a Primeiro-ministro. Ao fim de cinco meses, foi esse mesmo valor que lhe precipitou a queda. Nem a maioria parlamentar lhe pôde valer.

O que nasce torto raramente se endireita, diz o povo na sua proverbial sabedoria. Este governo foi prematuro e cedo revelou padecer de enfermidades insanáveis. Não foi, pois, a família que maltratou o bebé, como pretendia o pai Santana. Quem tramou o recém-nascido foi a incompetência do progenitor, mais preocupado com os folhos e as rendas que com a saúde da criança. Metáforas à parte, "a implosão veio do interior", como muito bem sublinhou Mário Soares. Bem pode o Primeiro-ministro demissionário queixar-se de maquinação das forças do mal, dos políticos, dos media, dos comentadores e analistas ou dos senadores da República, que já ninguém o ouve. Foi ele o principal factor de instabilidade no seio da coligação. A ele se deve o generalizado sentimento de desconfiança em relação à retoma da economia e ao futuro. Santana Lopes só se pode queixar dele próprio, da sua deriva imparável, da sua errática governação. Caiu o governo e desfz-se o mito Santana Lopes. O orador brilhante tornou-se titubeante. A personalidade mediática perdeu a vontade e simpatia. O político imbatível foi afastado sem honra nem glória. De tralhada em tralhada até ao desastre final.

Os portugueses sabem que a responsabilidade do estado a que o país chegou deve ser repartida pelo Dr. Durão Barroso, que fugiu para Bruxelas, pelo Dr. Santana Lopes, que se revelou bastante inepto para a nobre arte de governar, e pelo Dr. Paulo Portas, que ajudou a desbaratar a confiança que alguns portugueses neles haviam depositado.

O PS está preparado para assumir as responsabilidades que os portugueses lhe queiram atribuir. Temos um líder com provas dadas. O nosso Secretário-Geral, José Sócrates, foi legitimado pelo voto, como nenhum outro. Tem qualidades humanas e políticas (reconhecidas até pelos seus adversários) e sentido de Estado. E, como poucos, pode-se orgulhar das marcas da sua acção governativa. Temos ideias e protagonistas para as porem em prática. Vamos mobilizar o partido e o país, para bem de Portugal e dos portugueses.



Edite Estrela

Reflexos da Imprensa

- > **"Portugueses são dos europeus** mais vulneráveis a subida dos juros".
Título do Público, 29-11-2004
- > **" Há que reflectir** sobre as políticas educativas de adultos que Portugal tem, porque estamos cada vez mais distantes da escolaridade média comunitária"
A Capital, 27-11-2004
- > **"Eu não invento números.** A Comissão das Comunidades Europeias publicou previsões até 2006 e está lá escrito que Portugal vai continuar a empobrecer até esse ano. Já foi ultrapassado pela Grécia e pela Eslovénia e vai ser ultrapassado pela República Checa"
Afirmção de Cavaco Silva, Agência Lusa, 25-11-2004
- > **"No que respeita às verbas** para a formação avançada e emprego científico (bolsas) há um corte de 12 por cento de 2004 para 2005, algo incompreensível, já que Portugal tem carências de investigadores

- particularmente elevadas no contexto da União Europeia"
Documento do Conselho dos Laboratórios Associados, Diário de Notícias, 25-11-2004.
- > **" Os resultados em Portugal** [da Estratégia de Lisboa] são, em boa parte, desanimadores"
Relatório do Conselho Económico e Social. Público, 23-11-2004.
- > **" Os portugueses pagam** os mesmos preços mais altos que os alemães pelos mesmos produtos, demonstra um estudo divulgado pela empresa sueca Pricewaterhouse
Público, 18-11-2004
- > **" 3000 professores** e educadores de infância com recursos ainda pendentes devido aos erros no processo de colocação ameaçam recorrer às instâncias judiciais europeias"
Diário de Notícias, 17-11-2004

DOCUMENTO**Parlamento revê directiva sobre organização do tempo de trabalho**

O Parlamento e a Comissão Europeia estão a discutir um conjunto de alterações que visam encontrar soluções ditas equilibradas para supostamente assegurar um elevado nível de protecção da segurança e da saúde dos trabalhadores em matéria de tempo de trabalho, proporcionar às empresas e aos Estados-membros maior flexibilidade na gestão do tempo de trabalho, permitir maior compatibilidade entre vida profissional e familiar e evitar a imposição de condicionalismos excessivos às empresas.

A discussão decorre no âmbito da alteração à Directiva 2003/88/CE relativa a determinados aspectos da organização do tempo de trabalho, que é considerada - pela Comissão Europeia - a proposta que melhor permite aumentar o nível de protecção dos trabalhadores e, simultaneamente, conferir às empresas a necessária flexibilidade em matéria de organização do tempo de trabalho.

As propostas de alteração à Directiva introduzem duas novas definições, para além das de "tempo de trabalho" e "período de descanso", designadamente as de "tempo de permanência" e de "período inactivo de permanência".

Quanto ao novo conceito de "tempo de permanência", a proposta estabelece que "os períodos de inactividade durante o serviço de permanência não correspondem a tempo de trabalho, salvo disposição expressa em contrário na legislação nacional ou em conformidade com as práticas nacionais".

Por "período inactivo do tempo de permanência", entende-se o período durante o qual o trabalhador está de permanência mas não é chamado pela respectiva entidade patronal a exercer a sua actividade ou as suas funções.

Outra das propostas de alteração refere-se aos "períodos de referência" (artigo 16º da Directiva) para a duração máxima do trabalho semanal, tendo como referência um período não superior a quatro meses. A proposta de alteração mantém os quatro meses como período de referência para aquela situação, mas, numa perspectiva flexibilizadora, admite que os Estados-Membros o possam prolongar "até um ano", sob reserva do respeito dos princípios aplicáveis à protecção da saúde e da segurança dos trabalhadores.

Outra proposta de alteração é relativa ao nº 2 do artigo 17º (Derrogações) da Directiva. Esta proposta de alteração traz a possibilidade de serem derogados os artigos 3º e 5º, que estabelecem períodos de descanso diário semanal de, respectivamente, 11 horas consecutivas por períodos de 24 horas e 24 horas mais 11 horas de descanso diário para cada período de sete dias. A proposta de alteração prevê que, em caso de derrogação, deverá ser concedido aos trabalhadores um período de descanso compensatório. Segundo o texto da



proposta de alteração, pretende-se "uma clarificação de que os períodos de descanso compensatório devem ser garantidos num prazo razoável que não deverá nunca ultrapassar 72 horas".

Além de uma clarificação ao artigo 18º sobre as "Derrogações por via de convenções colectivas", o artigo 19º passa a ter a seguinte redacção: "Os Estados-membros têm a faculdade, desde que respeitem os princípios gerais da protecção da segurança e da saúde dos trabalhadores, de permitir que, por razões objectivas, técnicas ou de organização do trabalho, as convenções colectivas ou acordos celebrados entre parceiros sociais fixem períodos de referência relativamente à duração máxima semanal do trabalho que não ultrapassem em caso algum doze meses".

Por fim, anota-se a alteração ao Artigo 22º, que estabeleça as condições que os Estados-Membros devem respeitar para poderem não aplicar o artigo 6º, relativo à duração máxima semanal do tempo de trabalho. Trata-se de uma derrogação ao limite máximo da duração do trabalho semanal. Ou seja: o *opt-out* regulado por convenção colectiva passa a ter aplicação preferencial relativamente ao *opt-out* resultante de contrato individual, uma vez que só é possível celebrar um acordo individual de *opt-out* nas situações em que não exista convenção colectiva aplicável. O consentimento do trabalhador está sujeito a forma escrita, deve ter uma duração inferior a um ano e não pode ser dado no início do contrato de trabalho ou durante o período experimental.

ENTREVISTA COM FAUSTO CORREIA**Um retrocesso para os direitos dos trabalhadores**

As propostas de alteração da Comissão Europeia para rever a Directiva sobre o tempo de trabalho não trazem benefícios para os trabalhadores, afirma o deputado europeu Fausto Correia, membro da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais do Parlamento Europeu. O deputado considera preocupante que a Comissão assumia "as dores de parto" dos padrões europeus e que não sejam aprofundados os traços distintivos do modelo social europeu. "Estamos perante um quadro de retrocesso dos direitos dos trabalhadores", afirma, acrescentando a sua convicção de que no Parlamento Europeu se formará uma maioria que impedirá a aprovação das alterações inadequadas propostas pela Comissão Europeia.

Qual a apreciação global que faz da Directiva 2003/88/CE, relativa "a determinados aspectos da organização do tempo de trabalho", agora alvo de revisão no Parlamento Europeu?

A minha apreciação global da Proposta de Revisão da Directiva 2003/88/CE, relativa a "determinados aspectos da organização do tempo de trabalho", apresentada pela Comissão Europeia e já em discussão na Comissão do Emprego e Assuntos Sociais do Parlamento Europeu, é manifestamente crítica.

Convém recordar, desde logo, que o processo de consulta em duas fases, nos termos do Tratado, culminou com a declaração dos representantes a nível europeu dos empregadores e dos trabalhadores que não estavam em condições de encetar negociações sobre a referida temática.

Depois, importa notar que, das alterações mais significativas propostas à Directiva em vigor, não resultam benefícios para os trabalhadores. Bem pelo contrário.

Finalmente, considero preocupante que a Comissão Europeia assumia as "dores de parto" dos padrões europeus e passe a dirimir, de cima para baixo, as dificuldades legislativas que os Governos dos Estados-Membros enfrentam, apesar de tudo, para impor soluções deste tipo - ainda que em nome, como sempre, de uma maior flexibilidade, do reforço da competitividade, de uma melhor adaptabilidade empresarial, da redução da carga administrativa e, claro!, da preservação do emprego

em períodos de flutuação da procura...

Quais as principais mudanças introduzidas na proposta de revisão da Directiva?

As mudanças introduzidas podem responder às "necessidades da moderna economia europeia". Mas não aprofundam, nem desenvolvem, nem vincam os traços do modelo social europeu.

É que passam a constar da Directiva as definições de "tempo de permanência" e "período inactivo de tempo de permanência", sendo que o tempo passado em permanência sem trabalhar não será contado como tempo de trabalho! Avulta que o conceito de "tempo de permanência" que é proposto abrange as situações em que o trabalhador é obrigado a permanecer no local de trabalho...

Por outro lado, o período de referência para efeito do cálculo da duração máxima do trabalho semanal é flexibilizado: o período de referência "standard" continua a ser de 4 meses, mas os Estados-Membros poderão prolongar este período até um ano, após consulta aos parceiros sociais.

Em terceiro lugar, e relativamente ao *opt-out* individual ao limite das 48 horas de trabalho semanal, este será feito ou por convenção colectiva ou por acordo entre as duas partes num dado sector ou local de trabalho. Isto é: um indivíduo pode acordar o seu *opt-out* (saída do regime horário das 48 horas) com o respectivo empregador se a legislação ou a prática nacional ou uma convenção colectiva não puderem ser utilizadas para negociar acordos sobre tempo de trabalho. Eis uma situação que ocorre sempre que não existam acordos colectivos nem estrutura representativa dos trabalhadores, como de resto acontece na generalidade das micros e pequenas empresas portuguesas!

Estamos assim perante um retrocesso nos direitos dos trabalhadores?

É preciso também sublinhar, por exemplo, que o *opt-out* serve para derogar as 48 horas como a duração máxima semanal do trabalho, a qual poderá atingir, como alguns pretendem, as 65 horas semanais de trabalho quando houver negociação colectiva ou as 55 horas quando houver acordo individual. Tudo visto e revisto, estamos perante um quadro de

retrocesso nos direitos dos trabalhadores: porque enfraquece o nível de protecção da sua saúde e da sua segurança; e porque torna ainda mais difícil a conciliação da sua vida profissional com a sua vida pessoal, familiar e social, princípio consagrado na Constituição da República Portuguesa.

A contratação colectiva, por seu turno, é claramente desvalorizada e até posta em causa, enquanto meio privilegiado de regulação das relações laborais, designadamente em matéria de organização do tempo de trabalho e na perspectiva da conformação da vida profissional e da vida pessoal, familiar e social dos trabalhadores.

Daí que, na nossa óptica, as alterações propostas desrespeitam inequivocamente quer a Declaração Universal dos Direitos do Homem que a Carta Social Europeia, instrumentos jurídicos ratificados por Portugal.

Como prognostica o resultado final de todo este processo?

Preconizo que sejam aproveitadas as alterações positivas que o processo de revisão da Directiva 2003/88/CE também acarreta. A título de exemplo, o descanso compensatório (nas situações em que se verifique derrogação aos limites da duração máxima do trabalho semanal), apesar de não ser garantido imediatamente, tem de o ser no prazo de 72 horas, sendo que vezes interessadas chegam a defender que esse prazo (de garantir o descanso compensatório) deve ser aumentado para três meses! Defendo igualmente que sejam eliminadas todas as alterações que prejudicam gravemente os trabalhadores europeus.

Estou convicto que, em sede de Comissão e no Plenário, se formará uma maioria que barrará o caminho aos aspectos mais gravosos e inadequados das alterações propostas pela Comissão Europeia. Ao lado da Confederação Europeia de Sindicatos, integrados no Partido Socialista Europeu, confio no relator Alejandro Cercas, socialista espanhol, e tendo presente, como recorda a CGTP-IL, que a Carta Social Europeia estipula que "as partes contratantes comprometem-se a fixar uma duração razoável ao trabalho diário e semanal, devendo a semana de trabalho ser progressivamente reduzida"...

A Europa vista de Portugal**Perspectivas Financeiras: um debate a prosseguir****Paulo Casaca**

1. O desencadear do processo. O exercício das "Perspectivas Financeiras", iniciado por Jacques Delors em 1988, resultan-

do unicamente de um acordo voluntário entre as três principais instituições europeias - Conselho, Parlamento e Comissão - ganhou uma importância cada vez maior ao longo dos tempos, não só como enquadramento orçamental de médio a longo prazo, mas também como enquadramento legislativo da generalidade da despesa pública.

A Comissão Europeia resolveu começar a preparação para as futuras perspectivas financeiras - que se seguirão às que estão actualmente em vigor - bastante antes do que aconteceu em ocasiões anteriores.

O ano de 2003 foi o ano de debate interno nos serviços da Comissão, e o ano de 2004 foi preenchido com a apresentação de muitas das propostas que irão ser analisadas e aprovadas no quadro global das próximas perspectivas financeiras, faltando agora a apresentação de algumas propostas sobre aspectos menos decisivos do próximo quadro.

Tratou-se de uma antecipação aos prazos previstos, que impunham apenas Junho de 2005 como data limite para a apresentação dessas propostas, antecipação justificada pela necessidade de impedir que - como tem sempre acontecido - os acordos políticos e os longos processos necessários para pôr no terreno os programas levassem a que estes comessem a ser aplicados com, pelo menos, um ano de atraso.

Os três aspectos essenciais das Perspectivas propostas são quanto a mim os seguintes:

- Considerar a "Agenda de Lisboa" - estratégia para a modernização e competitividade da economia europeia aprovada sob a égide de António Guterres - como a grande prioridade europeia;
- Consolidar a política de coesão económica, social e territorial da União Europeia aos níveis actuais;
- Introduzir uma lógica de conservação e gestão dos recursos naturais nas verbas agrícolas e de pescas.

A discussão das propostas começou a ritmo relativamente lento e foi dominada, na primeira fase, pelo conflito que opôs aqueles Estados que se sentem como os principais financiadores comunitários - o Reino Unido, a França, a Alemanha, os Países Baixos, a Suécia e a Áustria - e aqueles que aparecem como os que são os seus principais beneficiários, que serão a Espanha, Portugal e a Grécia e - pelo menos potencialmente - os novos Estados Membros.

O Parlamento Europeu formou a sua Comissão específica para tratar da questão, a Comissão Temporária das Perspectivas Financeiras, só na presente legislatura. Esta comissão começou recentemente a entrar no debate com as restantes instituições, colocando ao Conselho as suas condições prévias para estabelecer um acordo com ele, e questionando a Comissão quanto ao rumo que esta pretende seguir na apresentação das suas propostas.

2. A confirmação da proposta da Comissão. Durão Barroso, na sua qualidade de Presidente indigitado, fez saber ainda em Julho, que assumiria todas as propostas feitas pela Comissão Prodi como suas, mas nem por isso se deixam de fazer sentir pressões para que a Comissão Europeia repense vários dos pontos da sua posição. A proposta da Comissão - podendo eventualmente ser melhorada - é boa no seu essencial, e não têm vindo a lume alternativas com peso político significativo no sentido de melhorá-la profundamente, pelo que me parece não ser aconselhável querer recomenciar do início este debate, porque é grande o risco de ficarmos com uma pior base de trabalho do que a que temos actualmente.

Eurosíntese

VALORIZAR INTERVENÇÕES DO BEI

As intervenções do Banco Europeu de Investimentos precisam de ser mais valorizadas, não só através do aumento das solicitações, mas também nas vertentes relacionadas com a Estratégia de Lisboa e com a promoção da coesão económica e social, afirmou o deputado Manuel dos Santos numa audição pública na Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários do PE, em que a implementação dos projectos financiados em Portugal com a participação do BEI esteve em destaque. Para o deputado, a função do BEI encontra-se ainda limitada pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento e pela ausência de uma verdadeira coordenação das políticas económicas nacionais e também pela própria natureza restritiva das perspectivas financeiras que financiam as políticas estruturais.

NEGOCIAÇÕES COM O MERCOSUL

As negociações entre a União Europeia e o Mercosul e a nova Constituição europeia foram os temas centrais de um colóquio que decorreu em Bruxelas que teve entre os oradores o deputado Sérgio Sousa Pinto, membro da Comissão dos Assuntos Institucionais e da Delegação Interparlamentar para as Relações com o Mercosul. O deputado salientou a importância para a política externa europeia do êxito das negociações sobre o acordo de comércio com o Mercosul, bem como a necessidade de a Europa não se esquecer das potencialidades económicas oferecidas por outros continentes, designadamente pela América do Sul.

COMBATE À CRIMINALIDADE SOBRE VEÍCULOS

A Comissão dos Transportes e do Turismo do Parlamento Europeu aprovou o parecer do deputado Emanuel Jardim Fernandes sobre as acções da União no combate à criminalidade automóvel internacional, com 47 votos a favor e apenas duas abstenções. A Comissão dos Transportes adoptou também 17 das 18 propostas de alteração apresentadas pelo deputado, que visam, no essencial, alargar o âmbito de aplicação das novas medidas às viaturas pesadas, suas peças e cargas, suscitar a cooperação e uma melhor troca de informações entre as autoridades da União e os Estados-membros. Entre as propostas apresentadas, destaca-se para a utilização de novos sistemas informáticos para o registo de veículos e a criação de parques de estacionamento vigiados para as viaturas em trânsito na União e em trânsito para países terceiros.

PROTEGER OS RECURSOS MARINHOS

A Comissão Europeia tem "uma postura de grave negação das suas responsabilidades e dos seus deveres de imparcialidade e de boa administração no que toca à Política Comum da Pesca e no domínio específico da conservação dos recursos biológicos e marinhos", acusou o deputado Paulo Casaca perante a resposta a uma pergunta parlamentar que afirmava que o controlo da actividade de pesca é da responsabilidade dos Estados-membros e não da Comissão. Por sua vez, o deputado Capoulas Santos viu aprovadas na última reunião da Comissão do Ambiente e Saúde Pública um conjunto de emendas que apresentou ao relatório Hassi, no sentido de reforçar a protecção dos recursos biológicos dos Açores e da Madeira, arquipélagos onde existem recifes de coral dos quais dependem cerca de 300 espécies marinhas.

O PAPEL DA MULHER NA TURQUIA

A vice-presidente da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade de Géneros do Parlamento Europeu, Edite Estrela, participou numa reunião, em Bruxelas, com o embaixador da Turquia junto da União Europeia para debater o papel da mulher na vida política, social e económica do seu país.

COLÓQUIO

Turquia trará para a Europa estabilidade económica e política

A adesão da Turquia à União Europeia trará para o continente estabilidade económica, energética e geo-política, afirmou o ex-comissário António Vitorino num colóquio promovido pela Delegação Socialista Portuguesa no Parlamento Europeu, moderado pela deputada Ana Gomes e no qual participaram também o ex-ministro do PS Nuno Severiano Teixeira, a embaixadora da Turquia em Portugal, Zergun Koruturk, e Selahattin Demirtas, presidente da Federação dos Direitos Humanos da Turquia.

Os oradores salientaram a complexidade e a dificuldade do debate, que entrará numa nova fase a 17 de Dezembro, altura em que a União Europeia deverá iniciar formalmente a abertura do processo de negociação. Quanto à adesão propriamente dita, tudo vai depender dos progressos políticos, económicos e administrativos que entretanto se verificarem. As perspectivas mais optimistas apontam 2015 como a data mais provável para a adesão da Turquia, país que há mais de 40 anos pediu para se tornar membro da União.

Para António Vitorino, a questão da abertura do processo de negociações é indissociável do debate sobre o Tratado Constitucional, que em diversos Estados-membros será submetido a referendo, tendo o ex-comissário afirmado a importância dos europeus darem a sua aprovação a ambos os desafios.

Segundo afirmou, os argumentos de natureza religiosa e cultural tantas vezes invocados, são colocados de forma incorrecta, já que a União Europeia não é um clube cristão. Lembrou, no entanto, o valor fundamental da tolerância religiosa europeia e que a adesão da Turquia é também um teste à nossa capacidade de conviver com a diversidade, sendo fundamental que todos os Estados-membros informem bem a opinião pública para o sucesso deste desafio. Por outro lado, diz não perceber como pode haver resistência à adesão por parte dos defensores dos direitos fundamentais, na medida em que a Turquia fez reformas muito importantes no âmbito dos direitos das minorias, do código penal e das liberdades públicas, não obstante ainda haver um caminho a fazer. "É preciso reconhecer que este registo de reformas implementadas pelo Governo turco merece ter o incentivo da



União Europeia", afirmou, sublinhando que, apesar do governo actual ser considerado islamista, já levou à prática o maior volume de reformas alguma vez feito no país deste os tempos de Kemal Ataturk, o fundador da nação, muito superiores às dos Executivos anteriores que se afirmavam pró-europeus.

O ex-ministro Nuno Severiano Teixeira lembrou que a Turquia é um país simultaneamente europeu e asiático e que, com a sua adesão, permitirá à União Europeia tornar-se um actor global pela sua dimensão geográfica e populacional. "Pesados os prós e os contras e sabendo que o caminho é difícil, seria pior se a Turquia não aderisse", afirmou.

A embaixadora Zergun Koruturk pediu o apoio de Portugal lembrando que a Turquia é membro fundador de diversas organizações internacionais, como o Conselho da Europa, NATO e OCDE e que o seu país é uma República secular desde 1923. "É preciso não usar a religião para criar barreiras", sublinhou.

Por seu lado, Selahattin Demirtas disse não estarem ainda resolvidos todos os problemas de Direitos Fundamentais no seu país, mas que a pressão da União Europeia deu bons frutos, sobretudo nos últimos dois anos, tendo os poderes instituídos dado respostas positivas. "Se não houver no dia 17 de Dezembro o início das negociações para a adesão da Turquia, poderá haver um retrocesso nas liberdades", afirmou.

ANTÓNIO COSTA

Mais qualidade para a justiça europeia

A qualidade da justiça e a aproximação da legislação penal dos Estados-membros será o tema do relatório do Parlamento Europeu para o qual foi nomeado o presidente da delegação socialista portuguesa António Costa, membro da Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos. No decurso da primeira discussão sobre o relatório, o deputado propôs a criação de uma Carta da Qualidade da Justiça Penal na Europa, que os representantes dos vários grupos políticos e da Comissão Europeia acolheram favoravelmente. A Carta tem por objectivo assegurar que os cidadãos de todos os Estados-membros possam usufruir de sistemas judiciais dotados de elevados padrões de qualidade e de respeito pelos direitos fundamentais.

Por outro lado, o deputado defendeu um prazo de cinco anos para que Portugal se possa adaptar ao novo regime europeu do seguro automóvel obrigatório, ao apresentar propostas de alteração no âmbito da Directiva sobre este tema, que está em discussão na Comissão do Mercado Interno do PE. A Directiva prevê que o valor das indemnizações por sinistros pessoais possa ascender a 5 milhões de euros, contra os 600 mil actuais.

CONTACTOS DOS DEPUTADOS:

www.partido-socialista.net/pspe

Página dos Socialistas Portugueses no Parlamento Europeu

António Costa - Presidente da Delegação Socialista; Vice-presidente do Parlamento Europeu; Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos; Mercado Interno e Protecção dos Consumidores

Ana Gomes - Comissão dos Assuntos Externos; Sub-Comissão de Segurança e Defesa (vice-presidente) Desenvolvimento; Comissão dos Direitos da Mulher e Igualdade dos Géneros

Capoulas Santos - Comissão da Agricultura; Comissão das Pescas; Comissão do Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar

Edite Estrela - Comissão dos Direitos da Mulher e Igualdade de Géneros (1ª vice-presidente); Comissão do Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar

Elsa Ferreira - Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários; Comissão do Comércio Internacional

Emanuel Jardim Fernandes - Comissão dos Transportes e Turismo; Comissão do Desenvolvimento Regional

Fausto Correia - Comissão do Emprego e Assuntos Sociais; Comissão dos Transportes e Turismo

Francisco Assis - Comissão do Comércio Internacional; Comissão dos Assuntos Externos; Sub-Comissão dos Direitos do Homem

Jamila Madeira - Comissão do Desenvolvimento Regional; Comissão do Emprego e Assuntos Sociais

Manuel dos Santos - Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários; Comissão da Indústria, Investigação e Energia; Controlo Orçamental

Paulo Casaca - Comissão do Controlo Orçamental (Coordenador do Grupo Socialista); Comissão dos Orçamentos; Comissão das Pescas

Sérgio Sousa Pinto - Comissão dos Assuntos Constitucionais; Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos

ENDEREÇOS ÚTEIS

www.socialistgroup.org - Página do Grupo Socialista no Parlamento Europeu

www.pes.org - Página do Partido Socialista Europeu

www.socialistinternational.org - Página da Internacional Socialista

www.ps.pt - Página do Partido Socialista

www.europarl.eu.int - Página do Parlamento Europeu

www.europa.eu.int - Portal da União Europeia

ESTÁGIO REMUNERADO DO GRUPO SOCIALISTA DO PARLAMENTO EUROPEU

Está aberto concurso para um estágio remunerado no Grupo socialista do Parlamento Europeu, no período compreendido entre 21 de Fevereiro e 22 de Julho de 2005.

O regulamento do Concurso pode ser consultado na página da Delegação Socialista Portuguesa na Internet: www.partido-socialista.net/pspe. As candidaturas devem ser apresentadas até 31 de Dezembro à Delegação Socialista Portuguesa, por e-mail, para psedelegt@europarl.eu.int ou em carta dirigida à seguinte morada: Delegação Socialista Portuguesa Parlamento Europeu - Rue Wiertz, 60 - ASP 12G358 - B-1047 Bruxelas

FICHA TÉCNICA

Edição Grupo Parlamentar do PS no Parlamento Europeu

Editor Paulo Pisco

Paginação Francisco Sandoval

Periodicidade Mensal

Tel. 213 822 000

Fax. 213 822 037

Email ppisco@ps.pt

Endereço Acção Socialista - Largo do Rato nº 2, 1269-123 Lisboa